EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (O endereçamento do Habeas Corpus dependerá, portanto, de quem é a autoridade coatora)

**NOME DO IMPETRANTE**, nacionalidade, identidade, CPF, profissão, residente e domiciliado no \_\_\_\_\_\_\_, (por seu advogado formalmente constituído que esta subscreve, procuração em anexo) (se for o caso), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º., LXVIII, da Constituição Federal, e no art. 647 e seguintes, em especial no art. 648, inc. \_\_\_, todos do Código de Processo Penal, impetrar

**HABEAS CORPUS**

**com pedido de liminar**

em favor do paciente (**NOME DO PACIENTE**), que se encontra indevidamente preso por ordem do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ora apontado como autoridade coatora.

**DOS FATOS**

Neste ponto, você deverá fazer um resumo dos fatos que ensejam a impetração do habeas corpus, ou seja, indicar que foi, por exemplo, decretada uma prisão pelo Juízo \_\_\_, autoridade coatora, e que tal prisão é manifestamente ilegal por “tais motivos”. Indicar que referida(s) ilegalidade(s) caracteriza(m) ameaça ou cerceamento ao direito de liberdade do paciente, ensejando o habeas corpus.

**DO DIREITO**

Aqui, você deverá ressaltar a ilegalidade na prisão ou na ameaça ao direito de liberdade do paciente, apresentando os dispositivos legais violados.

**DA PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS À CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM**

Indicar encontrarem-se presentes o fumus boni iuris, caracterizado pela violação/cerceamento/ameaça ao direito de liberdade do paciente, e também o periculum in mora, que reside no fato de já estar o paciente submetido à uma prisão flagrantemente ilegal, que não pode prosperar.

**PEDIDOS**

Neste item, indicar a necessidade de concessão da ordem liminarmente, bem como seja oficiada a autoridade coatora para que preste as informações necessárias, e intimação do Ministério Público.

Ao final, deve-se fazer o pedido pleiteando a consequente concessão definitiva da ordem de habeas corpus, na forma do art. 5º., LXVIII, da Constituição Federal, e art. 647 e seguintes do Código de Processo Penal, para ... , com consequente expedição do alvará de soltura (se for o caso).

Termos em que

Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado/OAB.